

Bilhete de identidade n.º . . . , emitido pelo . . . em . . . - . . . - . . . , válido até . . . - . . . - . . .

Contribuinte fiscal n.º . . .

Residência e código postal: . . .

Telefone/telemóvel: . . .

Habilitações literárias: . . .

Habilitações profissionais (cursos de formação): . . .

Se tiver vínculo à função pública:

Organismo a que está vinculado: . . .

Tipo de vínculo: . . .

Carreira e categoria: . . .

Antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (até à data da publicação do presente aviso): . . .

Classificação quantitativa de serviço nos últimos três anos: . . .

Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito): . . .

requer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso para o preenchimento de . . . (indicar o número de vagas) na categoria . . . (indicar a categoria) da carreira . . . (indicar a carreira), conforme o aviso n.º . . ./2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º . . . , de . . . de . . . de 2005.

Mais declara, sob compromisso de honra, que reúne todos os requisitos legalmente exigidos:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatórios;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

Pede deferimento.

. . . (data).

. . . (assinatura).

ANEXO II

Provas de conhecimentos

A parte dos conhecimentos gerais incidirá sobre as seguintes matérias, constantes do anexo do despacho n.º 13 381/99 (2.ª série), de 14 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999:

- Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum;
- Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
 - Regime de férias, faltas e licenças;
 - Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
 - Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
 - Deontologia do serviço público;
- Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

A parte dos conhecimentos específicos incidirá sobre as seguintes matérias, conforme o programa de provas aprovado pelo despacho conjunto n.º 40/2001, de 12 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2001.

Regime jurídico da função pública:

- Recrutamento e selecção;
- Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego;
- Horários e suspensão de trabalho (pessoal docente universitário e não docente);
- Carreiras (pessoal docente universitário e não docente);
- Regime de aposentações;
- Benefícios sociais (ADSE, subsídios familiares e outros);
- Acumulação e incompatibilidades;
- Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO III

Bibliografia e legislação

- Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio (regime de férias, faltas e licenças).
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 404/98, de 18 de Dezembro, e 70-A/2000, de 5 de Maio, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (estatuto remuneratório dos funcionários e agentes).
- Decretos-Leis n.ºs 24/84, de 16 de Janeiro, e 413/93, de 23 de Dezembro (Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública).
- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (recrutamento e selecção de pessoal).
- Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (relação jurídica de emprego), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Dezembro, Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, Decreto-Lei n.º 102/96, de 31 de Julho, e Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.
- Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto (duração e horário de trabalho).
- Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro (quadros e carreiras).
- Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro (benefícios sociais).
- Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho (acumulação e incompatibilidade), alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, e Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro.
- Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).
- Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 9 de Setembro de 2004 (Estatutos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa).
- Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.
- Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho (termos em que pode ser requerida a equivalência de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas).
- Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho (estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior).
- Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro (mestrados e doutoramentos).
- Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto (sistema geral de reconhecimento dos diplomas do ensino superior).
- Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto (provas de habilitação ao título de agregado).
- Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho, e da Lei n.º 1/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto da Aposentação).

Despacho (extracto) n.º 25 831/2005 (2.ª série). — Por deliberação da comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 3 de Novembro de 2005, foi aprovado o programa do IV curso de mestrado em Doenças Infecciosas Emergentes, cujo regulamento se encontra publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 28 de Maio de 2004.

23 de Novembro de 2005. — O Director, *J. Fernandes e Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 25 832/2005 (2.ª série). — Por deliberação da comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Medicina de Lisboa de 22 de Novembro de 2005, foi aprovado o programa do III curso de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, cujo regulamento se encontra publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 26 de Maio de 2004.

25 de Novembro de 2005. — O Director, *J. Fernandes e Fernandes*.

Museu Nacional de História Natural

Despacho (extracto) n.º 25 833/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 23 de Novembro de 2005, proferido por delegação do reitor:

Mário Rui Séneca da Luz Casaca — nomeado provisoriamente, por um ano, técnico profissional de 2.ª classe (área funcional de actividades laboratoriais e de campo de apoio ao ensino e investigação em Botânica e Museografia) do quadro de pessoal do Jardim Botânico desta Universidade, na sequência de concurso externo de ingresso aberto pelo aviso n.º 4936/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, com efeitos